

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**  
**O LEGADO DO SÉCULO XX PARA A ESCOLA PÚBLICA E SUAS**  
**IMPLICAÇÕES PARA O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Ana Paula Morais  
UEL - [anapm789@gmail.com](mailto:anapm789@gmail.com)

Silva Alves dos Santos  
UEL - [sillalves@uel.br](mailto:sillalves@uel.br)

**Eixo 8: Educação e Política**

**RESUMO**

O presente trabalho é resultante das discussões realizadas no projeto de pesquisa “Estado, universidade e trabalho: estudo sobre o revigoramento da teoria do capital humano e o desmonte da universidade pública” que ocorre na Universidade Estadual de Londrina, bem como é parte também de um Trabalho de Conclusão de Curso em andamento. Este estudo teve como objetivo traçar brevemente uma contextualização histórica da educação e como, ao longo do tempo, esse campo fora utilizado conforme os interesses políticos do momento histórico. Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico e documental. Entendemos que a escola pública e seu currículo, em desenvolvimento, ainda se mostra como um horizonte a ser buscado constantemente, no intuito de contribuir para que a sociedade possa formar-se a partir de uma base científica, estruturada através dos conteúdos escolares.

**Palavras-chave:** Escola pública; Currículo; Formação.

**Introdução**

A educação no século XX está cercada por inúmeros acontecimentos e transformações. De modo geral, a escola pública, que antes era frequentada exclusivamente pela burguesia passa disponibilizar o acesso a todos, isso acontece após diversos embates, lutas e movimentos desbravados pela classe trabalhadora. Grande parte dos pais sequer possuíam os saberes básicos da escrita e da leitura para ensinar seus filhos, e ao disporem de longas jornadas de trabalho, mostrava-se mais que necessário haver uma instituição que cuidasse, amparasse e educasse o tempo ocioso das crianças trabalhadoras (ALVES, 2006).

Mesmo ampliando seu acesso a grande parte da população teoricamente sem distinção, a escola ainda acabava por reproduzir as desigualdades sociais, onde os conteúdos escolares eram separados de

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

acordo com a classe social ao qual o indivíduo pertencia. Aos oriundos da classe trabalhadora, os conteúdos eram voltados no intuito de preparar o indivíduo para as necessidades de algum ofício ou mais propriamente do mercado de trabalho. A formação baseada nos conhecimentos científicos e propedêuticos eram direcionados aos filhos da elite.

Nesse período histórico, ainda próximo dos anos de 1930, a educação escolar tinha um caráter essencialmente dualista, dando acesso aos mais pobres na intenção de ampliar a instrução e ao mesmo tempo controlar o saber que estes recebiam. Nessa lógica, a escola se torna um mecanismo de controle do Estado, onde o proletariado recebia somente os instrumentos básicos e necessários para que ocupasse seu lugar de subalternidade na sociedade (ALVES, 2006).

[...] o direito à educação, os avanços das classes trabalhadoras na formação do saber, da cultura e da identidade de classe continuam sendo sistematicamente negados, reprimidos e, enquanto possível, desestruturados por serem radicalmente antagônicos ao movimento do capital (ARROYO, 1987, p.76).

O século XX caracterizou-se principalmente pela transformação da sociedade em seus ideais e valores, que por sua vez, provocou alterações no estilo de vida, produção, relações humanas e nas formas de aquisição do conhecimento, conseqüentemente no meio educacional e nas políticas que organizam a educação. A partir da implementação das concepções neoliberais na elaboração de políticas públicas para a educação, o conhecimento passa a assumir uma designação distintiva, sendo este considerado necessário para o funcionamento e manutenção da nova sociedade. O conhecimento, passa a ser visto como um modo de ampliar as oportunidades para os indivíduos, mobilizando a inserção no mercado de trabalho e também contribuindo para provocar o desenvolvimento econômico (SACRISTÁN, 2013).

Partindo das leituras e discussões realizadas no projeto de pesquisa “Estado, universidade e trabalho: estudo sobre o revigoramento da teoria do capital humano e o desmonte da universidade pública”, realizado na Universidade Estadual de Londrina, nossa intenção com este texto é discutir a importância da escola pública para a classe trabalhadora como um legado para a humanidade, bem como mostrar que esse espaço educativo, ao longo da história, sofreu as determinações políticas e sociais de cada período histórico.

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

Este estudo trata-se de um levantamento bibliográfico sobre essa temática que está presente também na produção de um Trabalho de Conclusão de Curso em andamento no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina.

A organização deste texto está dividida em dois momentos. O primeiro resgata o papel histórico da escola e mostra como as políticas educacionais se estruturaram em determinados momentos históricos. No segundo momento, nosso objetivo é apresentar como as políticas educacionais contemporâneas contribuem, de certo modo, para o esfacelamento do currículo escolar e conseqüentemente da função social da escola pública, comprometendo, por sua vez, o que entendemos como um legado do século XX.

## **Resultados e discussão**

### **A escola pública no Brasil: a ameaça de um legado**

Os vários acontecimentos que marcaram o século XX acabaram por caracterizá-lo como alguns estudiosos denominam como um longo século, o que proporcionou diferentes contextos e políticas para a educação brasileira. Saviani (2004), ao fazer um panorama deste grande século, o separa em três períodos distintos: o primeiro entre 1890 – 1931, período das escolas graduadas e do ideário do iluminismo, com destaque para a implementação dos grupos escolares. Também se destaca a determinação constitucional sobre o ensino público laico, abolindo o ensino religioso como prática principal nas escolas e, por fim, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública.

O segundo período, compreende os anos de 1931-1961, denominado pelo autor como período de regulamentação nacional do ensino e do ideário pedagógico renovador, ao qual destacamos a importância do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que marcou a construção de um sistema abrangente para o acesso à escola pública, garantida pelo Estado. Este legado, também proporcionou intensas experimentações no campo educativo, com propostas curriculares inovadoras, comparadas ao modelo tradicional. Além disso, eclode nesse período, as propostas de lei com

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

legislação específica para o campo educacional, especialmente no que concerne a aprovação de Lei de Diretrizes e Bases para a educação nacional (LDB).

O terceiro período, ocorre entre os anos de 1961-1996. Para esse ensaio nos focaremos nesse contexto histórico. O legado que se destaca, foram as reformas educacionais desencadeadas pelo contexto histórico de uma ditadura militar bem como sua derrocada e os novos processos de reorganização da sociedade e da educação escolar (SAVIANI, 2004).

Em 1964, com a consumação do golpe militar, se desencadeou um processo de reorientação geral do ensino no país. No mesmo ano, foi realizado um simpósio sobre a reforma da educação e, posterior a isso, o Fórum de educação, nomeado “A educação que nos convém”. Ambos organizados pelo IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). Tais eventos aconteceram no intuito de dar subsídios para a reformulação dos aspectos específicos da educação brasileira, que buscava através da escolarização e qualificação da força de trabalho aumentar a produtividade e renda dos indivíduos e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento econômico do país (SAVIANI, 2004).

A orientação geral traduzida nos objetivos indicados e a referência a aspectos específicos, como a profissionalização do nível médio, a integração dos cursos superiores de formação tecnológica com as empresas e a precedência do Ministério do Planejamento sobre o da Educação na planificação educacional, são elementos que integrarão as reformas de ensino do governo militar (SAVIANI, 2008, p. 295).

Com objetivo de elevar o país às relações comerciais mais amplas com o mercado internacional, os acordos comerciais e políticos da época favoreceram a implementação de uma política econômica e social que exigia uma revisão do lugar da educação escolar. Houve várias iniciativas, entre elas, destacam-se o movimento de alfabetização (MOBRAL), além da reorganização de novas leis de Diretrizes e Bases da educação (1961, 1968 – Reforma universitária; 1971 e 1996) (SAVIANI, 2004).

Além das iniciativas no âmbito da aprovação de novas legislações que organizavam a política educacional, destaca-se também a efervescência dos movimentos sociais da época reivindicando a abertura

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

democrática bem como a liberdade de expressão e as garantias sociais, tão necessárias num país, marcadamente, desigual econômica e culturalmente.

Em 1988, um marco histórico fora celebrado no Brasil com a aprovação da Constituição Federal de 1988. No que concerne ao direito a educação, a Constituição assim denominou no artigo 205 *"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho"* (BRASIL, 1988).

O início dos anos de 1990 é marcado politicamente pela vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello à Presidência da República, cujo governo, ainda que breve estabeleceu as bases das políticas que vieram posteriormente. O governo de Collor para o campo da educação fora marcado pela criação do Plano Decenal para a Educação, que por ora estava ajustado aos acordos anteriormente afinados com os organismos internacionais, ainda no final dos anos de 1980, e materializados na Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien, em 1990. A política educacional, que vai do período Collor até seu *impeachment* e em seguida com a entrada de Itamar Franco, caracterizou-se por implementar o Plano Decenal de Educação, de modo a indicar aos organismos internacionais (Banco Mundial e FMI), que havia no país, as primeiras iniciativas de combate ao analfabetismo e a pobreza, bem como a introdução de políticas de financiamento e promoção de acesso à educação e à formação de professores para a rede básica de ensino.

Ainda na mesma direção de uma política educacional de consentimentos e atendimento às demandas de organismos financiadores externos, chega a Presidência da República em 1994, o então ministro Fernando Henrique Cardoso (FHC). O governo de FHC foi caracterizado por amplas mudanças econômicas, a começar pela aprovação de uma nova moeda nacional, o Real. Uma das primeiras iniciativas desse governo, à luz de uma política econômica de ajustes de toda ordem, foi reestruturar o papel do Estado, mediante a Reforma do Aparelho do Estado, criando o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) em 1995.

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

No governo de Fernando Henrique Cardoso os índices de analfabetismo ainda eram altos, a economia caracterizava-se por altos índices de inflação, dificultando a mobilização do consumo de bens e, portanto, dificultando o crescimento econômico e o desenvolvimento social do país. Naquele período, muitas estatais foram privatizadas, por meio de um discurso de necessidade de modernização, de colocar o país no rol das negociações comerciais mundiais. A partir desse contexto, a educação fora conclamada a servir de instrumento para grandes transformações sociais. A escolarização fora utilizada como mecanismo de empregabilidade, tanto para inserir-se no mercado de trabalho como para qualificar-se para se manter nele. As reformas educacionais que foram implementadas elencaram a educação como área não exclusiva do Estado e que, portanto, sua oferta poderia ser dividida com a sociedade civil organizada. Nesse sentido, há em nosso entendimento, um processo de desconcentração do Estado com a garantia do direito a educação, garantido pela Constituição Federal de 1988 (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003).

No âmbito das reformas educativas, nesse governo, destaca-se a aprovação da LDB n. 9.394/96; criação do FUNDEF; aprovação de Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997; e ainda, a aprovação em 2001, do Plano Nacional de Educação. Essa plataforma política educacional com a aprovação desses documentos, mostra-nos a sintonia com os objetivos das agências externas de financiamento em que o Brasil era signatário. A década de 1990 foi marcada por fortes ajustes econômicos que atingiram o modo de vida e produção das pessoas, especialmente da classe trabalhadora. Nesse período os serviços públicos prestados pelo Estado foram fortemente regulados no sentido do enxugamento. Os concursos públicos para professores e agentes educacionais foram drasticamente reduzidos, comprometendo a oferta de qualidade da educação escolar. Adentraram nas escolas os projetos filantrópicos e voluntaristas para cobrir a situação de precariedade estrutural e de recursos humanos nas escolas públicas. Muitos projetos e prêmios foram criados no sentido de premiar as melhores práticas, melhor gestão de recursos, melhor professor, enfim, práticas que, aos poucos iam repassando as responsabilidades do Estado para os próprios indivíduos (EVANGELISTA, 2012).

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

Os anos 2000 se inicia com grandes desafios a serem solucionados, entre eles, a tentativa de diminuir as taxas de analfabetismo, as taxas de juros que levam a população ao endividamento e à pobreza, a universalização da educação básica e a necessidade de criar uma política de acesso à educação superior. O governo de FHC termina seu mandato em 2002 com alto índice de rejeição devido às políticas de ajustes com que conduziu seu governo, assim como a política adotada para a privatização de serviços e estatais.

Em 2003, chega à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), metalúrgico, advindo dos movimentos sociais e sindical, com uma perspectiva de grandes mudanças na conjuntura econômica e social do país. Com o início do governo Lula, não houve exatamente uma ruptura com todos os direcionamentos e ideais dos governos anteriores, principalmente no que se diz respeito a aliança entre o setor público e privado, entretanto, se deu um grande salto quanto às políticas de combate a pobreza, de redução das desigualdades sociais e ampliação do acesso à educação. Saviani (2018), destaca algumas políticas que se implementaram nesse sentido de valorização da educação pública, da formação docente e principalmente da oportunidade para a classe trabalhadora adentrar ao ensino superior, por meio do PROUNI e FIES, e na educação básica a aprovação de um novo Fundo de desenvolvimento, o FUNDEB.

[...] o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que significou um importante avanço em relação ao fundo anterior, pois ampliou sua abrangência para toda a educação básica. Assim, o Fundo passou a incluir, além do ensino fundamental, também a educação infantil (creches e pré--escolas), o ensino médio e a educação de jovens e adultos (EJA), abrangendo os meios urbano e rural e as modalidades da educação especial, da educação indígena e quilombola, assim como a educação profissional integrada ao ensino médio. E buscou ampliar e tornar efetivo o compromisso da União com o financiamento da educação básica ao incluir na Medida Provisória n. 339 um dispositivo vedando à instância federal a utilização do salário-educação para suprir a sua parte na composição do Fundo, diferentemente do que fazia o Governo FHC (SAVIANI, 2018, p.299).

O governo de Lula (PT) significou uma contradição no emaranhado processo de reorganização do capital em nível mundializado. De

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

um lado, a necessidade de organizar uma economia que favorecesse a reestruturação do capital, para investimentos, e de outro, a necessidade de promover uma política inclusiva, que mobilizasse a classe trabalhadora para o consumo de bens que até então eram reservados à elite brasileira. Nesse sentido, a criação de políticas de crédito com margem de juros acessíveis, a criação de programas de formação inicial e continuada para professores, a criação de programas de capacitação profissional em nível médio, a criação de novas universidades federais, a criação de institutos federais, enfim, ações que, aos poucos foram mobilizando a economia e permitindo que a classe trabalhadora pudesse exercer sua cidadania, ainda que em condições muito desiguais, comparados àqueles que, historicamente, já acessavam alguns serviços e direitos na sociedade. Lula finaliza seu governo com uma aprovação de quase 87%. Isso traz uma simbologia para a sociedade brasileira no que diz respeito ao enfrentamento do capital em algumas frentes. Obviamente que, as disputas políticas sempre foram marcadas por contradições, no entanto, há que se reconhecer, que no seu governo, os filhos dos trabalhadores puderam acessar bens que talvez nunca acessariam.

Em meio a uma disputa acirrada, o Partido dos Trabalhadores continua seu governo com a vitória da Presidenta Dilma Rousseff nas eleições de 2010-2014. Depois de um início turbulento devido à crise econômica mundial, com reflexos de toda ordem para o Brasil, Dilma é reconduzida à Presidência da República em 2014, no entanto, em 2016 seu governo é atravessado por um intenso movimento de manifestações ditas apartidárias, mas que no decorrer da história foram mostrando seu verdadeiro viés político, coroando o ápice desse movimento com a deflagração de um processo de *impeachment* bastante controverso juridicamente, mas embalado pelos discursos de renovação política através de um grande movimento midiático em parceria com o judiciário (SANTOS; MALANCHEN, 2017).

As políticas educacionais conduzidas pelo governo de Dilma Rousseff (PT), ainda que em meio a intensas manifestações populares, foram essenciais para a garantia da continuação de uma política social de desenvolvimento, com perspectiva de inclusão de grupos sociais mais carentes. Nessa direção de aprovação de políticas públicas, ao final de 2014,



**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

tivemos a aprovação do Plano Nacional de Educação através da Lei N° 13.005/2014, que em diversas metas estabelece a garantia da educação como direito público e garantida pelo Estado, através de orçamento garantido através de receitas advindas dos impostos e dos royalties do pré-sal. Outra política importante no governo Dilma foi a aprovação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Buscou-se com esse programa “ofertar cursos de educação profissional e tecnológico para a população de forma gratuita, para trabalhadores, estudantes e pessoas em vulnerabilidade social, com direito a auxílio alimentação, auxílio transporte e material escolar” (SAVIANI, 2018, p.301).

Entre os anos de 2015 e 2016, as ações de desenvolvimento político e social do governo Dilma foram paulatinamente desconstruídas pelo movimento de orquestração do golpe que a atingiria posteriormente, na forma de um *impeachment* sem uma base legal sustentável. Nesse contexto de descontinuidades das políticas públicas de inclusão social, observamos que a escola pública sofre as consequências de um tempo histórico em que, práticas e ideias obscurantistas, permeiam o espaço educativo como forma de moldar a sociedade a um pensamento cuja retórica se coloca como promotora da família, das singularidades, mas que ao fundo, denotam práticas cada vez mais excludentes e segregadoras.

Entendemos que um dos maiores desafios do século XXI é resgatar o papel social da escola, ao ponto de elegermo-la a instituição promotora da dignidade humana através do conhecimento científico, elaborado e sistematizado ao longo da humanidade, e que foram sendo descaracterizados pelas políticas de cunho neoliberal.

### **Os desafios do currículo escolar frente ao obscurantismo iminente**

Observamos que ao longo do período histórico destacado no item anterior, a escola pública sofre as determinações de cada contexto político e social. Isso significa dizer que, a educação escolar é influenciada de acordo com os objetivos e políticas do contexto histórico.

No modo de produção capitalista, especialmente em sua fase mais contemporânea, observamos muitas tentativas de descaracterizar a

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

função histórica da escola, confundindo-a com qualquer forma de socialização, no entanto, corroboramos com Saviani (2011, p. 32) quando afirma que:

A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola básica devem organizar-se a partir dessa questão.

Assim definido o papel da escola e sua função social, cabe lembrarmos que esse espaço, educativo por excelência, é atacado o todo tempo por meio de práticas e discursos apelativos, apenas como forma de fragilizar sua função na sociedade e abrir espaço para tipos de formações que nem sempre estão preocupadas com a formação integral do ser humano.

No Brasil, as políticas curriculares aprovadas recentemente mediante a BNCC e a reforma do Ensino Médio, mostram-nos claramente, que há uma ênfase no praticismo e no discurso de liberdade do indivíduo, como se este pudesse fazer escolhas, num modo de produção tão desigual, especialmente aqueles que pertencem a classe trabalhadora de baixa renda. Tais políticas afetam diretamente o currículo escolar e sua capacidade de elevar a cultura humana nas escolas. Entendemos que o currículo são atividades, segundo Saviani (2011), nucleares na escola e que, portanto, sua execução de modo comprometido, contribui para formarmos a humanidade no outro através dos processos de transmissão da cultura da humanidade, sistematizada nas disciplinas e nos conteúdos clássicos.

As políticas curriculares que enfatizam o praticismo e o conhecimento de modo utilitário tendem a contribuir para manter a sociedade desigual. Quando não desempenhamos a socialização de conhecimentos complexos, científicos, contribuimos para a manutenção da sociedade de classes, em que aqueles que possuem condições financeiras favoráveis, acessam os bens mais complexos e aqueles que não possuem, acessam os bens mais rudimentares. Como aponta Duarte (2008, p. 3-4):

Se o conhecimento mais valorizado na escola passa a ser o conhecimento tácito, cotidiano, pessoal, então o trabalho do professor deixa de ser o de transmitir os conhecimentos mais desenvolvidos e ricos que a humanidade venha construindo ao longo de sua história.

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

Com a mudança do complexo para o trivial e prático, a escola acaba por perder sua real função de formação complexa e humanização do indivíduo, por meio dos conteúdos historicamente elaborados e, acaba por se tornar um local de preparação e treinamento profissional. As políticas curriculares mais recentes parecem apontar na direção de uma escola adaptada ao modelo ultraliberal:

Evidentemente a escola não deve fechar os olhos nem voltar as costas às necessidades da vida cotidiana, mas a educação não pode se tornar refém do imediatismo e do pragmatismo da cotidianidade, especialmente no caso da sociedade capitalista contemporânea, em que o cotidiano é um terreno muito fértil para a disseminação das mais alienantes formas de consumismo, de atitudes fetichistas perante as forças sociais e de manipulação ideológica das consciências. Os currículos escolares têm sido muito influenciados, nas últimas décadas, por essa visão que não consegue colocar em perspectiva a cotidianidade alienada. (DUARTE, 2018, p.141)

A apropriação do conhecimento em sua totalidade é necessária para que o processo de desenvolvimento do indivíduo aconteça de modo pleno, contribuindo para o avanço de suas funções psicológicas superiores e, conseqüentemente, para sua humanização. Os conteúdos escolares são os meios mais eficazes para esse avanço intelectual, que nos torna cada vez mais humanos.

A importância dos conteúdos escolares para o aumento do campo de escolhas dos indivíduos das novas gerações conecta-se ao fato de que esses conteúdos nada mais são do que experiência humana acumulada e sintetizada nas ciências, nas artes e na filosofia. Ao se apropriar desses conteúdos, os alunos estão incorporando à sua atividade, sua vida e sua individualidade, condensações da experiência social. Dessa maneira o indivíduo desenvolve a capacidade de agir guiado não apenas por percepções imediatas da realidade ao seu redor, mas pela compreensão das conexões não visíveis entre processos e fenômenos. Isso se aplica à compreensão do movimento tanto da natureza quanto da sociedade. Não é por acaso que os obscurantistas atacam as ciências da sociedade e também as ciências da natureza, além, é claro, da filosofia e das artes. (DUARTE, 2018, p.144)

Entendemos que as políticas curriculares mais recentes, materializadas na BNCC e na Reforma do Ensino Médio com a lei n. 13.415/17 são reflexos da descaracterização da função histórica da escola como espaço

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

socializador da ciência acumulada pela humanidade. Nosso desafio maior, está em mobilizar a sociedade para a compreensão e necessidade de resgatar o papel histórico da escola, como um espaço que ensina, socializa o saber sistematizado, num currículo capaz de desenvolver as potencialidades humanas na sua plenitude.

## **CONCLUSÕES**

O contexto histórico que acompanha o papel social da escola ao longo do século XX mostra-nos que esse espaço educativo se forjou nas lutas e resistências da classe trabalhadora pelo direito à educação.

Entendemos que o maior legado do século XX, com todas as dificuldades de implantação, fora a abertura da escola pública para todos e a democratização do conhecimento, por meio de políticas que induziram ao papel social da escola como espaço socializador da cultura sistematizada. Podemos destacar que as políticas de governos sempre afetaram o papel social da escola e a consolidação de um currículo. Alguns mais ousados nos processos de democratização, outros mais preocupados em controlar o tipo de formação da população. Todos eles, agindo com o Estado para regular a função da escola na sociedade.

Reiteramos que no contexto atual, onde impera práticas de irracionalidade, de fuga da ciência, de ataques grotescos a professores, escolas e universidades, percebemos que a escola pública e o currículo escolar que privilegia a formação através de conteúdos escolares de base científica mostra-se cada vez mais necessário, para rompermos com a ignorância e as tentativas de desqualificar a educação sistematizada. Para tanto, o estudo, o debate franco de ideias, o desenvolvimento de pesquisas, são formas que enriquecem a humanidade e este deve ser o horizonte daqueles que buscam uma sociedade mais justa e com vida digna para todos, a partir da apropriação daquilo que há de mais elaborado na sociedade.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea.** Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**

**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

ARROYO, M. G. O direito do trabalhador à educação. In: GOMES, C. M. [et al]. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987, pp. 75-92.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acessado em: 1 jan. 2019.

DUARTE, Newton. **Pela superação do esfacelamento do currículo realizado pelas pedagogias relativista**. Florianópolis, SC, Jul 2008. Disponível em: <<http://cienciaparaeducacao.org/eng/publicacao/duarte-n-pela-superacao-do-esfacelamento-do-curriculo-realizado-pelas-pedagogias-relativistas-in-iv-coloquio-luso-brasileiro-sobre-questoes-curriculares-2008-florianopolis-curriculos-teorias>> acessado em 15 jun 2019.

\_\_\_\_\_. O currículo em tempos de obscurantismo beligerante. **Rev. Espaço do Currículo (online)**. João Pessoa, v.11, n.2, p. 139-145, mai./ago. 2018 <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2018v2n11.39568/0>> acessado em 17 de ago 2019.

EVANGELISTA, Olinda. **Política públicas educacionais contemporâneas, formação docente e impactos na escola**. Campinas, SP: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Campinas, SP: Educ. Soc. [online], vol.24, n.82, p.93-130, 2003. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302003000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302003000100005&script=sci_abstract&tlng=pt)> acessado em 20 mar 2019.

SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo na sociedade da informação e do conhecimento. In: SACRISTÁN, J. G. (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 153-172.

SANTOS, Sílvia Alves dos.; MALANCHEN, Julia. O golpe parlamentar de 2016 e o reordenamento da hegemonia burguesa. In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes. **A crise da democracia brasileira – Volume I –**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

SAVIANI, Dermeval O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do Século XX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea). p. 10-57.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações/Dermeval Saviani-** 11.ed.rev.— Campinas, SP: Autores Associados, 2011. — (Coleção educação contemporânea).

\_\_\_\_\_. **O legado educacional do regime militar**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> acessado em 24 jun. 2019.

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO  
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

**\_\_\_\_\_ . Política educacional no Brasil após a ditadura militar. Rev.**

HISTEDBR On-line, Campinas, v.18, n.2 [76], p.291-304, abr./jun. 2018.

Disponível em: <

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652795/18233>> acessado em Jun. 2019